



RELIGIÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: (proto) formas para significação do serviço social

Déborah Barrêto Batista¹

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem acerca da gênese do Serviço Social e sua vinculação com a religião e posteriormente o trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência Social. No tangente tecemos uma crítica às perspectivas moralistas religiosas quando estas adentram a prática profissional dos (as) assistentes sociais. Por fim, situamos a assistência social como política pública reconhecida pelo Estado, mas que deve firmar-se ainda no cotidiano de seus usuários como direito e não como caridade religiosa, filantropia, prática do favor ou benesse estatal.

Palavras-chave: Religião; Serviço Social; Assistência Social.

Abstract: This paper presents an approach about the genesis of Social Work and its relationship with religion and later the work of social workers in Social Assistance Policy. In tangent weave a critique of moralistic religious perspectives when it enters the professional practice of (the) social workers. Finally, we place the welfare and public policy recognized by the state, but must still establish itself in the daily life of its users as a right and not as a religious charity, philanthropy, practicing for or boon state.

Keywords: Religion, Social Work, Social Welfare.

¹ Estudante. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: deborahbarreto@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a religião foi a base do surgimento da profissão do Serviço Social, e sua perpetuação estava implícita desde a fundamentação teórica até o fazer profissional, mantendo estreita ligação com as noções de caridade e filantropia. Partindo desse pressuposto, o debate acerca dessa temática funda-se como preponderante para justificar a luta incessante pela renovação da profissão e ruptura com o conservadorismo, processo este que deu início em meados dos anos 1960.

Se por um lado vislumbramos o movimento de reconceituação propondo reflexões críticas aos assistentes sociais acerca da necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem a profissão, e requisitando da ação profissional a necessidade de construção de uma nova proposta de atuação, tendo em vista as demandas e os interesses das classes populares. Por outro lado, percebe-se hoje uma emergência de perspectivas que acabam por barrar esse avanço, trazendo ao cenário público e à categoria sob os moldes do neoconservadorismo pós-moderno um “investimento na desconstrução/deslegitimação da direção social estratégica de ruptura com o conservadorismo.” (SANTOS, 2007, p. 12).

Entender o caráter social da Igreja é importante, mas, sobretudo, é importante pensá-la enquanto uma instituição social de caráter religiosa que atua em consonância com uma dada perspectiva ideológica. Assim, o distanciamento com as correntes de cunho religioso no âmbito do fazer profissional do Serviço Social é necessário para a concretização e efetivação da garantia dos direitos e com o rompimento do pensamento moralista que tanto influenciou o trato com as expressões da Questão Social.

2 ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA NOS LIMITES E POSSIBILIDADES DO SER RACIONAL

A primeira experiência religiosa do homem é, antes de mais nada, a manifestação do sagrado, ou melhor definindo, “a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano” (ELIADE, 1992, p. 13).

O homem das sociedades arcaicas tinha maior aproximação com o sagrado. A questão de o mundo ser mais profano foi surgindo de acordo com a modernidade implicando na dessacralização do mundo.



No curso da história, o homem religioso valorizou diferentemente as experiências religiosas fundamentais. Para o assunto de que nos propomos, entretanto, não é a imensidão de formas das experiências religiosas do espaço que interessa, mas, ao contrário, seus elementos unitários. O comportamento de um homem não religioso, em relação ao espaço em que vive, e o comportamento do homem religioso para com o espaço sagrado para percebermos imediatamente o antagonismo que os diferencia.

A verdade é que “a religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir” (ALVES, 1981, p. 4). O que se percebe de grande diferencial são os distintos investimentos simbólicos que cada cultura imprime.

No percurso do tempo, a religião se institucionaliza, passa a usufruir-se de interesses ideológicos para se firmar como instância de poder político, cultural e social. Como cita Chauí “a ideologia, enquanto teoria, passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir” (1980, p. 11).

Por muito tempo a religião tinha que está presente em todos os segmentos da vida, longe de descordanças. O avanço da tecnologia e da ciência são assim encarados como uma ofensiva a esse domínio ideológico na medida em que revelam provas concretas onde os deuses já não têm domínio sobre tudo. Não seria em vão a característica de rigor ateuístico no mundo das ciências exatas e biológicas.

No mundo sagrado, a experiência religiosa era parte integrante de cada um, da mesma forma como o sexo, a cor da pele, os membros, a linguagem. Uma pessoa sem religião era uma anomalia. No mundo dessacralizado as coisas se invertem. Menos entre os homens comuns, externos aos círculos acadêmicos, mas de forma intensa entre aqueles que pretendem já haver passado pela iluminação científica, o embaraço frente à experiência religiosa pessoal é inegável. (ALVES, 1980, p. 3).

Na história do Brasil, o catolicismo apostólico romano se fixou no país desde o período pré-colonial, quando os colonizadores/exploradores portugueses por meio de seus missionários, passaram a catequizar pela doutrina Católica os nativos destas terras. Desde então, a Igreja Católica exerce influência nos aspectos sociais, políticos e culturais do país.

Muito embora em 7 de janeiro de 1890, com a proclamação da República, tenha sido decretada a separação entre Igreja e Estado, onde a república reconhece o caráter laico do Estado e garante a liberdade religiosa, isso não se efetivou na prática.



3 O PROCESSO DE CONSCIÊNCIA IDEOLÓGICA E OS PRECONCEITOS MORAIS RELIGIOSOS: A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO SERVIÇO SOCIAL

Fazendo analogia ao pensamento de Max Weber, Pedro Simões faz uma discussão acerca do posicionamento distinto entre católicos e protestantes no modo de lidar com questões assistenciais.

Para os católicos, a salvação dá-se basicamente pelas obras. Estas podem ser entendidas, segundo a análise de Weber sobre o catolicismo, como atos caritativos dispersos (ou seja, não necessariamente sistemático), em que cada gesto de bondade compensaria, em alguma medida, pecados anteriormente cometidos pelo fiel, em um ciclo de pecado, arrependimento, reparação, relaxamento, seguido de novo pecado. Mesmo contendo uma forma frouxa de controle sobre a vida do crente, a centralidade da salvação dos católicos nas obras os faz buscarem estruturar trabalhos comunitários e assistenciais. (SIMÕES, 2005, p. 58).

Tal ética sobrepõe o pobre como alvo de práticas caridosas em vistas da salvação. Nesse sentido, “o espaço da Igreja, no catolicismo, abarca todas as necessidades religiosas e sociais de seus fiéis” (SIMÕES, 2005, p. 60).

Mas a religião não está apenas para suprir necessidades materiais das pessoas, por meio da ajuda e da caridade. Ela vai além, no que concerne a um trabalho espiritual na tentativa de sacralização do mundo. Mais do que isso, por meio da ideologia, impõe sua moral de bons costumes.

Na verdade se entendermos hoje a religião também como algo que adentra o mercado com grandes possibilidades de lucro, poder e dominação, vislumbramos uma disputa entre diversas religiões, seja entre a Católica, a protestante e seu legado de novas igrejas que abrem as portas a cada dia, ou outras religiões advindas de outras culturas que chegaram ao Brasil e que aqui também disputam por espaço.

O debate sobre religião permaneceu por muito tempo longe das discussões acadêmicas do Serviço Social, contudo, funda-se como de grande importância na medida em que, foram, tais princípios a base da profissão.

Entendendo a religião como inter-relacionada à fé, convicções religiosas e crenças, buscamos aqui apreender os aspectos da religião no seio do fazer profissional dos (as) assistentes sociais, sobretudo, os aspectos da moral cristã quando estas se contrapõem à variação das demandas postas hoje ao Serviço Social.



[...] os profissionais que trabalham com doentes terminais (*palliative care*), em clínicas para tratamento de câncer e Aids, ou com temas como aborto, problemas conjugais etc., são objeto dessas demandas, e também aqueles que trabalham com minorias étnicas. (SIMÕES, 2005, p. 17-18).

Essa discussão acerca da religião passa a ser relevante para compreendermos afinal, se a vinculação religiosa hoje interfere no fazer profissional do Serviço Social, tomando como pressupostos todos os avanços tanto no quesito das perspectivas teóricas, como na própria forma de pensar a profissão laica e desvinculada da caridade religiosa, primando pelo respeito às diversidades de gênero, étnicas, raciais, como também religiosas de seus usuários.

A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre em meados dos anos 20 e 30, influenciada pela religião Católica. Nesse período vale-se citar a presença das ideias de Mary Richmond e o Serviço Social de Caso, toda a técnica envolta da doutrina social da Igreja.

Seu surgimento se dá no seio do *bloco católico*, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de uma doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. (Grifos da autora) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 226).

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana, marcado pelo tecnicismo, por características da psicanálise, e pela sociologia positivista e funcionalista. Com a supervalorização da técnica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade”.

Os anos 60 e 70 são o nosso ponto chave de discussão neste trabalho, período o qual o Serviço Social passa por um movimento de renovação na profissão, com a busca de ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social se laiciza e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”. Mesmo assim, o discurso da prática dissociada da teoria pode ser vislumbrado quando se coloca em pauta de discursiva a relação dos valores pessoais de cada profissional, e a utilização destes no momento do trato com as demandas do Serviço Social.



O fato de a prática profissional obedecer a ordenamentos legais e o ensino estar fundamentado em teorias, como o marxismo e a psicanálise, não impede que conteúdos valóricos, oriundos da raiz social dos profissionais, ou de sua predominância de gênero ou ainda de marcas religiosas, não estejam a ela agregados, quando a maioria dos profissionais detém tal perfil. A ausência de estudos e de análise sistemática sobre a prática assistencial dificulta o reconhecimento da importância que o perfil social dos profissionais tem, para a definição e caracterização da prática assistencial. (SIMÕES, 2005, p. 15/16).

Os anos 80 foram marcados por conquistas sociais, período em que na profissão inaugura-se o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com o tradicionalismo filosófico advindo do neotomismo e no humanismo cristão.

Agora não apenas as técnicas eram utilizadas como recursos de distinção profissional, mas também os suportes teóricos, extraídos do pensamento das Ciências Sociais e da filosofia. Porém, como a literatura indica, a base valórica e de princípios subjacentes às concepções de ação profissional continuava a ser religiosa (neotomistas). Mesmo com a base de recrutamento sendo ampliada, com a multiplicação dos cursos de formação, e com a inserção, cada vez mais maciça, destes profissionais no mercado de trabalho, a religião continua na base do Serviço Social Brasileiro. (SIMÕES, 2005, p. 40).

Nos anos 90, as ofensivas neoliberais adentram o Serviço Social e complexificam a atuação profissional em vista dos direitos sociais.

No tangente à filiação teórica, esta se constitui como um norteador para a elaboração e, sobretudo, a materialização do projeto profissional da profissão que posso intervir e dar respostas positivas às necessidades dos sujeitos na realidade social.

A considerar pela literatura profissional e pelos programas de cursos ministrados, o ensino de Serviço Social não detém mais nenhum traço explícito de influência religiosa. Marxismo, positivismo/funcionalismo e fenomenologia, além de correntes psicossociais, foram utilizados para dar um suporte técnico/científico à profissionalização da assistência. (SIMÕES, 2005, p. 18).

No Serviço Social, esta filiação se deu em meados dos anos 60 aos anos 80, período em que a profissão rompia com conservadorismo na prática profissional. O Movimento de Reconceituação foi assim um marco nesse processo histórico de uma teoria social hegemônica, a teoria marxista que funda-se no materialismo-histórico-dialético. É válido



salientar, que embora o Serviço Social siga uma corrente específica, na prática profissional, bem como o embasamento teórico se percebe a presença de outras perspectivas teóricas.

4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB A APARÊNCIA DA IDEOLOGIA CARITATIVA: CONDICIONANTES HISTÓRICOS NA BUSCA POR RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

No Brasil, a gênese da assistência social dá-se a partir da iniciativa da Igreja Católica (Simões, 2005, p. 15), esse é um elemento que pode ser considerado um dos entraves condicionantes para o reconhecimento da política social no pós-88 como direito de responsabilidade estatal e assim romper o cunho caritativo, benemerente e filantrópico, bem como pelo clientelismo e prática do favor vinculada à religião e a presença governamental, através do trabalho desenvolvido pelas primeiras damas², geralmente as esposas dos governantes.

Após anos de criação das legislações que regulamentam a Assistência Social como direito dos cidadãos, as tradicionais práticas assistencialistas que implicam em uma noção de caridade ainda permeiam as instituições que trabalham nessa área.

Fazemos aqui um recorte histórico do processo de construção da assistência social no Brasil até esta se firmar enquanto política pública garantida pelo Estado. Que se deu no início da década de 1940, quando o Brasil participa da Segunda Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), episódio este que acarretou na institucionalização dos serviços sociais pelo Estado, sobretudo, na área da Assistência Social. Surge então nesse período, a Legião Brasileira da Assistência (LBA), tendo por objetivo atender às famílias dos soldados que iam para a guerra, bem como “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo em que procurava canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista” (TORRES, 2002, p. 29).

No ano de 1988 a Constituição Federal simboliza um marco na história do Brasil. Sua Carta Magna, em seus artigos 203 e 204, determina a Assistência Social como política

² Um dos fatores que culminou, historicamente, a saída das mulheres do espaço doméstico a terem visibilidade em espaços públicos e políticos foi por meio da prática da caridade e, posteriormente, a atuação no âmbito da Assistência Social. No tangente à aproximação destas mulheres com a religião, segundo Weber, “as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas no meio ambiente, especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira” (2006, p. 39). O primeiro-damismo, por sua vez, é entendido aqui como a institucionalização do assistencialismo na figura da esposa do governante.



pública não contributiva, direcionada a proteção e reinserção no mercado de trabalho da população considerada mais vulnerável.

Dessa forma, a Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência, entendemos que para que haja uma boa qualidade e efetividade no processo de “segurança” [...] “é preciso que a seguridade social seja relação de compromisso e casamento duradouro.” (SPOSATI, 2007, p. 6), que as três políticas possam trabalhar em rede propiciando um atendimento completo aos seus usuários.

A Política de Assistência Social deve ser apreendida como um direito e o acesso a seus equipamentos sociais deve ser viabilizado de forma mais eficiente e igualitária, longe das amarras do preconceito e da descriminalização.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a religião tem sua função e importância na sociedade, contudo, esta deve estar dissociada da atuação profissional do Serviço Social e da Assistência Social. O direito viabilizado pela política social pública vai além da caridade disseminada pelas práticas religiosas.

No tangente à assistência social, ainda precisa romper com o ideário caritativa e se firmar no cotidiano da população como um direito que deve ser garantido, e não como benesse estatal.

Nesse prisma, funda-se de grande importância a discussão do tema religião no decorrer do processo formativo dos assistentes sociais, pois são estes os profissionais que trabalham diretamente com a Política Social discutida aqui. Para se romper com o ideário filantrópico e caritativo que permeou por anos a profissão, é fundamental que seus profissionais possam agir em consonância com os desígnios estabelecidos pelo projeto da profissão e os marcos regulatórios legais para garantia do direito, desvinculando sua prática profissional dos valores de cunho religioso, o que pode prejudicar a relação e trabalho com os usuários.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 1981.



BRANDÃO, Sylvana. **História das religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano** – a essência das religiões. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 34. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

IBGE 2010. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.

Fonte: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2170> Acesso em 13/04/13.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião**. Introdução Robert Redfield. Sem indicação de tradutor. 1948. Disponível em: http://www.4shared.com/get/-yBfBmLf/Bronislaw_MalinowskiMagia_C.html;jsessionid=E5D88096952972FB8F7965E8EB805B7B.dc214

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra**. – São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, Irailde Caldas. **As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução da versão inglesa de Talcott Parsons, Harvard University: Martins Claret, 2006.